



## **A POSSIBILIDADE DA OFERTA DO PROEJA NA PERSPECTIVA DO ENSINO SUPERIOR VIA EaD NOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

**OLIVEIRA, Katiane Vargens de**  
IFMT/Campus Juína  
[katiane.oliveira@jna.ifmt.edu.br](mailto:katiane.oliveira@jna.ifmt.edu.br)

**OLIVEIRA, Nair Mendes de**  
IFMT/Reitoria  
[Nair.oliveira@ifmt.edu.br](mailto:Nair.oliveira@ifmt.edu.br)

**SILVA, Silvana de Alencar**  
IFMT/Reitoria  
[Silvana.silva@ifmt.edu.br](mailto:Silvana.silva@ifmt.edu.br)

**CUNHA, Tatiane Regina Alves**  
IFMT/Reitoria  
[tatiane.cunha@ifmt.edu.br](mailto:tatiane.cunha@ifmt.edu.br)

**FILHA, Elizabeth da Cunha**  
IFMT/Reitoria  
[elizabeth.cunha@ifmt.edu.br](mailto:elizabeth.cunha@ifmt.edu.br)

**ANTONELLO, Daisy Mirian**  
IFMT/Reitoria  
[daisy.antonello@ifmt.edu.br](mailto:daisy.antonello@ifmt.edu.br)

### **RESUMO**

Este artigo objetiva analisar a consolidação do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), enquanto política pública dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, contudo mediante a crítica quanto à inexistência da oferta da modalidade à distância, tendo em vista o caráter inclusivo do PROEJA, de forma a alarga-lo para o Ensino Superior. Os dados foram obtidos de quatro teses sobre a temática produzidas de diferentes *lôcus* investigativo. A análise dos dados permitiu visualizar que os desafios e resistências foram muitos e apresentam resultados significativos. Dessa forma, o caminho para o PROEJA não pode ser o descaso e o esquecimento. Espera-se que o Estado e os envolvidos no processo de implementação se atenham à necessidade de otimizar a implantação, acompanhá-la e garantir sua continuidade em nível superior mediante oferta via EaD.

**Palavras chave:** PROEJA, Políticas Públicas, Institutos Federais, EaD.

## 1. INTRODUÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), instituída em 1996, definiu a Educação de Jovens e Adultos (EJA) como uma modalidade da Educação Básica (BRASIL, 1996), com características próprias para garantir condições de ensino adequadas ao seu público. Isso representou um avanço para o estabelecimento da educação como um direito de todos.

Todavia, percebe-se que a LDBEN ainda esbarra na explícita prioridade da oferta do ensino regular, instituída na Constituição Federal, Art. 211, § 5º (BRASIL, 1988). Desse modo, o paradigma compensatório da EJA, fundamentado na concepção de inferioridade de seu público, ainda permanece. Indícios disso são detectados ao observar o currículo das instituições ofertantes da modalidade, veremos que os componentes de ensino ainda se encontram presos aos padrões de organização estabelecidos na modalidade regular (DI PIERRO *et al.*, 2005).

A EJA apresenta uma identidade que a diferencia da modalidade regular, não apenas no que diz respeito à especificidade etária, mas, sobretudo, a uma questão de especificidade sócio histórico-cultural (FERRARI, 2011). O público atendido é de sujeitos que foram impedidos de estudar na idade considerada própria, e que pelas circunstâncias da vida se veem obrigados a retornarem à escola para garantir melhores condições de vida (PELUSO, 2001). Nessa perspectiva, é salutar elaborar uma proposta político-pedagógica específica considerando as especificidades desse público, dotado de uma carga de vivência que não deve ser desprezada e que deve ser também ofertada via EaD, em virtude da extensão territorial de Mato Grosso, em concordância com o aspecto de inclusão que propõe o Programa.

O artigo pretende contribuir para a análise do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) e de suas possibilidades e limites como política pública dos Institutos Federais (IFs), mediante oferta também via EaD, na perspectiva do Ensino Superior. Para isso, apresenta inicialmente uma explanação sobre os documentos que configuram legalmente o programa nos IFs; em seguida, se debruça sobre quatro teses que problematizam a implantação do PROEJA como política pública nos IFs. Finaliza considerando a necessidade de fazer do PROEJA uma política de Estado, bem como de ressignificação da oferta via EaD na perspectiva do Ensino Superior.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 A BASE LEGAL DO PROEJA

O PROEJA é um programa do governo federal que propõe a articulação do ensino profissionalizante com o ensino fundamental ou médio na modalidade de EJA. Está fundamentado tanto na Constituição Federal de 1988, quanto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) - Lei nº 9.394/1996. A Constituição em seu Art. 205 define que

[...] a educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

A LDBEN nº 9.394/1996 estabelece que a Educação “[...] deverá vincular-se ao mundo do trabalho e prática social” (BRASIL, 1996, art. 1º, § 2º). No capítulo III da referida

legislação e pelo Decreto nº 5.154/2004 é explicitado como se dará essa vinculação entre educação escolar e mundo do trabalho, dando destaque para que a Educação Profissional ocorra de preferência na modalidade de EJA, ao definir que tais cursos e programas:

[...] articular-se-ão, preferencialmente, com os cursos de educação de jovens e adultos, objetivando a qualificação para o trabalho e a elevação do nível de escolaridade do trabalhador, o qual, após a conclusão com aproveitamento dos referidos cursos, fará jus a certificados de formação inicial ou continuada para o trabalho (BRASIL, 2004, art. 3º, §2º).

Nessa mesma legislação é esclarecido que os cursos e programas poderão ocorrer de três formas: integrada, oferecida somente para quem já tenha concluído a etapa de ensino anterior, o estudante terá uma única matrícula e estudará na mesma instituição; concomitante, aceitando matrículas distintas para cada formação, ou seja, em uma instituição o estudante realiza os estudos da formação da base comum e em outra instituição realiza estudos da base técnica; subsequente, oferecida apenas para os estudantes que já tenham concluído o ensino médio (BRASIL, 2004).

De acordo com o que rege o Decreto nº 5.154/2004, promulgou-se o decreto nº 5.478/2005 e o PROEJA foi implantado, inicialmente com a nomenclatura de Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos. A intenção em criar o programa, se deu mediante a pretensão de ofertar aos jovens e adultos trabalhadores que se encontram fora da denominada idade própria a conclusão da educação básica.

Cabe ressaltar que durante os primeiros anos de existência do programa, as matrículas se concentraram apenas na Rede Federal de Educação Profissional, nos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET's), que a partir de 2008 foram nomeados pela Lei nº 11.892 de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. De acordo com o Decreto nº 5.478/2005, tais instituições devem dedicar no mínimo 10% de suas vagas para o PROEJA.

Em 2006, o Decreto nº 5.478/2005 foi revogado pelo Decreto nº 5.840/2006. Algumas mudanças foram impressas, a começar pelo nome do programa, que passou a ser Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Brasil, 2009). Nesse novo decreto houve a inclusão do ensino fundamental como área de abrangência do programa; outra mudança que ocorreu, diz respeito às instituições ofertantes do programa, se estendendo para as redes de ensino estaduais, municipais e entidades privadas nacionais de serviço social, aprendizagem e formação profissional vinculadas ao sistema sindical (BRASIL, 2009).

Segundo o Decreto nº 5.840/2006, o Programa PROEJA tem a pretensão de promover a “Integração entre trabalho, ciência, tecnologia, humanismo e cultura geral com a finalidade de contribuir para o enriquecimento científico, cultural, político e profissional como condições necessárias para o efetivo exercício da cidadania” (BRASIL, 2006, p. 1).

A partir desse contexto, o PROEJA tem como perspectiva a proposta de integração da educação profissional à educação básica buscando a superação da dualidade trabalho manual e intelectual, assumindo o trabalho na sua intenção criadora e não alienante. Isto impõe a construção de respostas para diversos desafios, tanto no que concerne em ampliar o acesso dos educandos, como para garantir sua permanência e êxito nos cursos.

Para nortear os trabalhos do PROEJA, o Ministério da Educação (MEC) e a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) apresentaram os aspectos gerais que envolvem o funcionamento do PROEJA em um Documento Base. Nesse documento é

apontado que preferencialmente o programa deve ser ofertado no modelo integrado, tendo em vista que “[...] uma das finalidades mais significativas dos cursos técnicos integrados no âmbito de uma política educacional pública deve ser a capacidade de proporcionar educação básica sólida, em vínculo estreito com a formação profissional [...]” (BRASIL 2007, p. 35).

Considerando que a Rede e-Tec Brasil toma por base Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006, que institui no âmbito federal o PROEJA, e dá outras Providências, subtende-se que, tendo em vista o caráter inclusivo da oferta, essa poderá acontecer também via EaD, a fim de atender às pessoas que moram longe dos *Campi* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, uma vez que o estado se configura com uma das maiores extensões territoriais do país.

Para além desta possibilidade, pode-se também expandir a oferta em nível superior, uma vez que os Institutos Federais, conforme evidenciado na Seção II relativa às finalidades e características dos Institutos Federais, mediante artigo 6º, "- promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão" (BRASIL, 2008, p. 2).

### 3. METODOLOGIA

O artigo refere-se a uma pesquisa de natureza qualitativa via pesquisa bibliográfica, e documental, mediante observação participante das pesquisadoras, todas pertencentes ao quadro de assessoria pedagógica do IFMT.

Bogdan e Biklen (1994) apresentam as principais características de uma pesquisa com abordagem qualitativa, a saber: os dados são coletados em seu ambiente natural, sem nenhum tipo de manipulação intencional; todos os dados são considerados importantes e apresentados de forma descritiva; o pesquisador tem sua atenção mais voltada ao processo do que ao resultado; o pesquisador se preocupa com o significado que o participante dá às coisas e à sua própria vida e, a análise dos dados coletados parte de uma visão mais ampla para uma mais focada.

A pesquisa bibliográfica tem como característica principal, possibilitar ao pesquisador uma bagagem teórica variada, contribuindo para ampliar o conhecimento, de forma a fazer da pesquisa um material rico sobre o assunto, fundamentando do ponto de vista teórico o material a ser analisado. Na visão de Lakatos e Marconi,

A pesquisa bibliográfica permite compreender que, se de um lado a resolução de um problema pode ser obtida através dela, por outro lado, tanto a pesquisa de laboratório quanto a de campo (documentação direta) exigem, como premissa, o levantamento do estudo da questão que se propõe a analisar e solucionar. A pesquisa bibliográfica pode, portanto, ser considerada também como o primeiro passo de toda pesquisa científica. (1992, p. 44).

Com a intenção de ampliar o conhecimento, de forma a fazer da pesquisa um material rico sobre o assunto, buscou-se teses e dissertações que tiveram como foco de pesquisa o PROEJA, como política pública nos últimos três anos e que estão disponibilizados na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

Objetivando perceber os principais conceitos e implicações da gênese do PROEJA, legislações que embasam o programa, utilizou-se da análise documental. Trata-se de uma

técnica decisiva para a pesquisa em ciências sociais e humanas, sendo indispensável porque a maior parte das fontes escritas ou não, são quase sempre a base do trabalho de investigação. Segundo Lüdke (1986), a análise documental contribuir tanto complementando as informações obtidas por outras técnicas, como desvelando novos aspectos de um problema ou tema.

#### **4. RESULTADOS**

##### **4.1. O QUE DIZEM OS ESTUDOS SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO PROEJA NOS IFS COMO POLÍTICA PÚBLICA**

Ao realizar uma pesquisa na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), utilizando PROEJA como indexado, foram localizados 54 estudos, sendo 20 teses e 34 dissertações. Destes, 45 enfatizavam aspectos do programa não relacionados à sua implantação e nove tratavam do PROEJA, como política pública nos últimos três anos, nosso foco de estudo.

Este artigo tomou como fonte das informações quatro estudos, todos em nível de doutorado, que analisaram a implantação do PROEJA como política pública nos IFs (COSTA, 2015; SANTOS, 2014; STERING, 2015; VITORETTE, 2014).

Santos (2014) em sua tese de doutorado intitulada “De patinho feio a cisne: desafios da implantação de uma política institucional para o PROEJA no IFAL” objetivou investigar particularidades da implantação do PROEJA no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas (IFAL) e seu processo de desenvolvimento como política pública. A autora percebeu inúmeras contradições no percurso para que o programa se configure como uma política pública do IFAL, dentre elas o descaso governamental, em detrimento de um novo programa, o PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego); o desconhecimento da proposta do PROEJA e a ausência de discussões internas sobre a modalidade e suas particularidades pelos docentes, que por sua vez apresentam resistências à implantação de novos cursos dessa modalidade.

Franzoi *et al.* (2013) corrobora com Santos (2014) ao apontar o PRONATEC como risco para a continuidade do PROEJA, uma vez que esse programa oferta uma formação aligeirada com vistas apenas para o mercado de trabalho e tem conseguido um número elevado de matrículas, que porventura custa menos recursos financeiros ao Estado.

Na tese de Vitorette (2014) intitulada “A não consolidação do PROEJA como política pública de Estado”, é analisado a implantação do PROEJA no período de 2006 a 2010, a partir da experiência de cinco Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia são eles: Instituto Federal da Bahia- IFBA; Instituto Federal do Espírito Santo -IFES; Instituto Federal de Goiás - IFG; Instituto Federal de Farroupilha IF-Farroupilha; Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC. O resultado da pesquisa revela que não houve a concretização do PROEJA como política pública de Estado, havendo ainda uma diferenciação entre a intenção declarada e a materialização do PROEJA, ou seja, criou-se uma legislação apropriada para se induzir essa política, mas a operacionalização da mesma ocorreu de modo diferente. A autora aponta como limite da operacionalização da proposta a falta de formação continuada para os educadores e ausência dos mesmos para atuar no programa.

Com o objetivo de investigar como a implementação do PROEJA tem se configurado nos *campi* do Instituto Federal de Educação de Santa Catarina, Costa (2015) desenvolveu a tese de doutorado intitulada de “Configurações da política de integração: Educação Profissional e Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos nos Institutos Federais

de Educação em Santa Catarina”. O autor revela indicativos contraditórios à consolidação deste programa como política pública permanente, a saber: cursos encerrados, oferta de percentual de matrículas muito abaixo do que é determinado pela legislação e falta de perspectivas de expansão e atendimento de forma orgânica e estruturada. Ao olhar do pesquisador, tal programa configura-se mais como uma política de contenção social e para o atendimento das necessidades do sistema capitalista.

Não podemos esquecer que ampliar a oferta da EJA é garantir os direitos de milhões de jovens e adultos que não concluíram a educação básica. Sobre o assunto, Gadotti (2005) argumenta que a EJA, deve ser pensada pelo Estado como uma proposta de garantia de direitos e não como uma questão de solidariedade. Nesta perspectiva, o Estado é responsável por criar políticas públicas que garantam o acesso, permanência e êxito dos educandos, uma vez que para exercer o pleno exercício da cidadania a educação escolar se faz necessária.

Na tese de Stering (2015) “O desafio da qualificação para o trabalho na perspectiva do PROEJA no IFMT: política, fato e possibilidades”, cujo objetivo foi o de analisar compreensivamente as possibilidades e perspectivas diante da implantação do Decreto 5.478/05 a partir do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT), percebe-se limites para implementação do PROEJA, como nos outros IFs mencionados nesse trabalho. Todavia, a autora evidencia que o programa desenvolve a educação integral em articulação com a formação do trabalhador, visto que o trabalho se constitui em elemento fundante da vida humana. Sob esta perspectiva é defendida a tese da possibilidade de analisar as políticas públicas para a educação, na perspectiva da emancipação de adultos.

Em todas as teses produzidas, fica evidente o caráter inclusivo do PROEJA, enquanto programa de ressignificação de vidas. Contudo, não é mencionada a possibilidade da oferta via EaD na perspectiva do Ensino Superior, sendo perfeitamente possível via Rede e-TecBrasil, conforme documento vigente.

#### 4.2. A EAD COMO POSSIBILIDADE DE FORMAÇÃO DO TRABALHADOR

A EaD consiste em uma modalidade de ensino que exige por parte do cursista que esse seja pró-ativo, dinâmico e autônomo, para que este possa realizar o processo de construção do conhecimento mediante ação autônoma, via situações didáticas previamente planejadas e organizadas, que deve ser articulada à sua própria experiência, e fisicamente distante do professor.

Embora a convivência presencial entre os atores sociais envolvidos no processo educativo, na EaD, seja pequena, é possível o contato entre professor-alunos e aluno- aluno via fóruns, chats, seminários, web conferências entre outras possibilidades.

O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) consiste no instrumento de superação da distância geográfica, bem como da questão temporal mediante processos de comunicação virtual, mediatizados pelas ferramentas presentes no Ambiente Virtual que abriga os cursos.

Mesmo no campo educativo, há quem critique ou coloque em dúvida a qualidade da Educação a Distância em função do pouco tempo destinado às aulas presenciais. Contudo, Moran (2007) chama a atenção para o fato de que “A educação a distância pode ter ou não momentos presenciais, mas acontece fundamentalmente com professores e alunos separados fisicamente no espaço e/ou no tempo, mas podendo estar juntos através de tecnologias de comunicação” (p.1).

Levando em conta as características da Educação a Distância, se faz pertinente ressaltar a interação como possibilidade de promoção da aprendizagem, já que Gouveia (2004) menciona que “não é a tecnologia o elemento crucial, mas o que ela pode potencializar nas relações entre pessoas e (entre) pessoas e organização” (p. 2). O autor destaca que vivenciamos a sociedade da informação, que

É também uma Sociedade de Informação e Conhecimento -informação, enquanto material de apoio à decisão e à ação, está sujeita a um enquadramento – contexto – que lhe dê valor e utilidade. O conhecimento, por ser, em grande parte, resultado da partilha coletiva de significados, é necessariamente construído em sociedade, promovendo valores como a colaboração, a partilha e a interação. (GOUVEIA, 2004, p. 3)

É perceptível que a articulação entre tecnologia e informação, se configuram como elementos essenciais na configuração social de nossa atualidade. Assim sendo, não podem ser vistos como fatores isolados, que “falam por si mesmos”, e sim como elementos de intermediação entre os indivíduos ou grupos que compõem uma sociedade. Ou seja, tecnologia e informação estão interligadas no processo de construção do conhecimento coletivo.

Na prática, a EaD possibilita ao estudante, ao longo do seu processo formativo, desenvolver uma infinidade de relações e inter-relações na comunicação com seus pares e com os sujeitos presentes no processo. Os atores sociais envolvidos no processo, que incluem Professores, tutores e estudantes constituem uma rede de inter-relações, uma vez que o processo de aprendizagem articula conteúdos, metodologias, relação professor/estudante e avaliação, reflete-se nos atores sociais envolvidos, possibilitando o desenvolvimento de todos como sujeitos autônomos.

Fica evidente que a EaD não se difere no que diz respeito as intenções da educação presencial. Ela oferece ao aluno os referenciais teórico-práticos que levem à aquisição de diversas competências, tais como cognitivas, habilidades e atitudes que venha a promover o desenvolvimento pleno da pessoa, bem como o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho - princípios gerais da educação como um todo, da mesma forma como na educação presencial e sobretudo, princípio educativo do PROEJA.

Ao considerarmos a grandiosidade da extensão territorial do estado de Mato Grosso, podemos afirmar que a formação do trabalhador via EaD se beneficiaria positivamente com o uso das TIC, uma vez que o IFMT mesmo estando em 22 dos municípios do estado, não consegue atender presencialmente a demanda existente no processo formativo dos trabalhadores moradores da região.

## 5. CONCLUSÃO

A trajetória da Educação de Jovens e Adultos no Brasil é marcada por várias experiências de políticas públicas insuficientes para atender aos anseios e necessidades deste público, tendo em vista o número elevado de brasileiros analfabetos ou semianalfabetos e a evasão nos cursos da modalidade. Contudo, a proposta do PROEJA traz em seu bojo a possibilidade de repensar e reinventar a escola pública como uma instituição de compromisso com a EJA, uma vez que o programa se apresenta como possibilidade de romper a dualidade

manual e intelectual, pois o trabalho é visto como princípio educativo na perspectiva criadora e não alienante.

Observa-se por meio das teses apresentadas neste estudo, que os desafios foram muitos na implantação do PROEJA, tanto no que diz respeito à falta de estrutura, como a resistência dos *campi* em ofertar novas turmas e formação continuada para os servidores para atuar na modalidade. Todavia, detectou-se que houve práticas educativas desenvolvidas pelo programa que contribuiu na formação integral dos educandos.

Ao considerarmos que o PROEJA se destina aos homens e mulheres que por diversas razões e adversidades impostas pela vida não puderam realizar o processo formativo em idade regular, se faz importante, na perspectiva de uma política pública, oportunizar o acesso e permanências destes atores sociais no curso, via EaD, uma vez que a tecnologia favorece a possibilidade de inseri-los na escolarização, sem que a questão temporal seja um empecilho. Ou seja, a realização de um curso via EaD, dá as condições para que o trabalhador estudante possa otimizar seu tempo e dar continuidade aos estudos, onde quer que esteja.

Assim sendo, o caminho para o PROEJA não pode ser o descaso, o esquecimento, pois em meio a tantos desafios, frutos do programa foram colhidos e sobretudo, direitos foram garantidos. Espera-se que o Estado e os envolvidos no processo de implementação se atenham a importância de otimizar a implantação, ressignificá-la mediante oferta via EaD e acompanhá-la, afim de garantir sua continuidade.

## REFERÊNCIAS

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação Qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto, Portugal: Porto Ed., 1994 (Coleção Ciências da Educação).

BRASIL. **Manual de Gestão da Rede e-Tec Brasil e Profucionário**. Brasília, 2016. (Versão Preliminar 1).

BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil** (1988). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)>. Acesso em: 20 mai. 2018.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394/1996. (1996). Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em: 10 de fev. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 5.154/2004**. (2004). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm)>. Acesso em: 10 de fev. 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. **Decreto nº 5.840/2006**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/decreto/D5840.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/D5840.htm)>. Acesso em: 10 de fev. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos-PROEJA**. Documento Base. (2007). Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja\\_medio.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_medio.pdf)>. Acesso em: 10 de fev. 2018.



COSTA, R. M. **Configurações da política de integração:** Educação Profissional e Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos nos Institutos Federais de Educação em Santa Catarina. Tese de doutorado - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

DI PIERRO, M. C.; JOIA, O.; RIBEIRO, V. M. Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. **Caderno Cedes**, ano XXI, n 55, novembro 2001.

FERRARI, S. C. **O aluno de EJA: jovem ou adolescente?** 2011. Disponível em: <[http://www.cereja.org.br/pdf/revista\\_v/Revista\\_ShirleyCostaFerra.pdf](http://www.cereja.org.br/pdf/revista_v/Revista_ShirleyCostaFerra.pdf)>. Acesso em: 13 mar. 2018.

FRANZOI, N. L.; SILVA, C. O. B.; COSTA, R. de C. D. PROEJA e PRONATEC: políticas, políticas recicladas. **Políticas Educativas**, Porto Alegre, v. 6, n.2, p. 84-100, 2013. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/Poled/article/viewFile/45658/28838>>. Acesso em: 13 mar. 2018

GADOTTI, M. A. A educação de jovens e adultos não é uma questão de solidariedade. É uma questão de direito. **Revista Pátio**, ano VIII, n. 32, nov. 2004/jan. 2005.

GOUVEIA, L. M. B. **Sociedade da informação:** notas de contribuição para uma definição operacional. 2004. Disponível em: <[http://www2.ufp.pt/~lmbg/lg\\_textos.htm](http://www2.ufp.pt/~lmbg/lg_textos.htm)>. Acesso em:

LAKATOS, M. E. MARCONI, M. de A. **Metodologia do Trabalho Científico**. 4 ed/. São Paulo. Revista e Ampliada. Atlas, 1992.

LÜDKE, M., ANDRÉ, M. E. C. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MORAN, J. M. Novos caminhos do ensino a distância. **Informe CEAD – Centro de Educação a Distância**. Ano 1, nº 5, pp. 1-3, out/dez, 2002. Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/prof/moran/dist.htm>>. Acesso em: 15 mai. 2018.

PELUSO, T. C. L. A educação de adultos: refletindo sobre a natureza de sua especificidade. **Formação 03**. Brasília, v. 1, n.3, p. 7-17, 2001. Disponível em: <<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/profae/Revista2003.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2018.

SANTOS, Maria do Socorro Ferreira dos. **De patinho feio a cisne:** desafios da implantação de uma política institucional para o PROEJA no IFAL. Tese de Doutorado - Programa de Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

STERING, Silvia Maria dos Santos. **O desafio da qualificação para o trabalho na perspectiva do PROEJA no IFMT - política, fato e possibilidades**. Tese de doutorado - Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2015.

VITORETTE, Jacqueline Maria Barbosa. **A não consolidação do PROEJA como política pública de estado**. Tese de doutorado - Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.